



**DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA
GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL EM IGUATU/CE**

Joseph Ragner Anacleto Fernandes Dantas, josephragner@gmail.com

Izabela Clementino Caetano Costa, izabela7565@gmail.com

Francisco Felipe Henrique da Silva, felipehenriqueffhs@gmail.com

Janice Ruth Anacleto Fernandes Dantas, janiceruth@hotmail.com

Palavras-chave: Educação. Gestão. Meio Ambiente.

1. INTRODUÇÃO

A crescente discussão em torno das questões ambientais e como as ações humanas interferem, direto ou indiretamente, na funcionalidade da natureza, ocasionaram o surgimento da Lei Federal nº 9.795/99, também conhecida com a Política Nacional de Educação Ambiental, PNEA. Esse impulso originou-se, principalmente, a partir da Rio 92, ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; bem como do Fórum Brasileiro das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, encontros esses que antecedem a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, uma vez que ocorrem no ano de 1992. Outrossim, destaca-se que, para além da importância de tais encontros, a PNEA surge pela necessidade de compreender o contexto histórico-político-social em que se debatia a temática ambiental, assim como qual a possível forma de se expandir esses diálogos (FILHO; FARIAS, 2020).

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

A partir da Lei 9795/99, e de programas de efetivação à Educação Ambiental, como o ProNEA, os educadores passaram a implementar, ou pelo menos tentar, abordagens educativas das mais variáveis formas, para evidenciar a biodiversidade existente no planeta, levando em consideração as abrangentes localidades de ambiente no território e as concepções sociais de proteção ambiental. Dessas abordagens metodológicas duas principais foram extraídas, quais sejam: a conservadora e a crítica. Enquanto que na primeira o ensino enfoca, tempestivamente, o conhecimento biofísico pelo ensino assimilação; a segunda visa uma abordagem mais crítica, englobando, para além do físico, as questões sociais, políticas, econômicas e históricas (VALENTI et al., 2012). Nesse contexto questiona-se: quais os desafios para a implementação da educação ambiental na gestão das escolas de ensino fundamental da cidade Iguatu-Ce?

Dessa forma, diante da Política Nacional de Educação Ambiental e das abordagens educativas para efetivá-las, essa pesquisa tem por objetivo geral analisar como se dá a implementação de tal política no município de Iguatu, Ce, dentro de algumas escolas da educação básica, sendo estas a Escola de Ensino Fundamental João Paulino de Araújo e Escola de Ensino Fundamental Clara Alves de Araújo. Para que se pudesse alcançar tal objetivo foram aplicados questionários para os/as gestores e educadores da rede municipal de educação, sendo esses por meio de questionários *on-line* com indagações de múltipla escolha.

1.2 Justificativa

A necessidade de se verificar como as instituições de ensino fundamental da rede pública da cidade Iguatu-Ce vem implementando as políticas de educação ambiental na grade curricular e nas atividades desenvolvidas no cotidiano, como forma de garantir o cumprimento da Lei 9795/99.

2. METODOLOGIA

A visão Freiriana da educação foi de suma importância para analisar de forma crítica a abordagem da temática, isso porque trabalhar a sustentabilidade nas escolas passa a ser, para além de um ato transformador, uma atividade coletiva e que requer consciência social. Nessa perspectiva, desponta como pressuposto teórico metodológico uma pesquisa exploratória, dos tipos bibliográfica e documental, com a utilização do método dedutivo. A pesquisa ainda utiliza como método a abordagem quali-quantitativa, a qual tem como finalidade reunir e resumir os achados primários produzidos sobre o tema, confrontando com os dados coletados da pesquisa entre os entrevistados.

Referindo-se ao papel do/a educadora e gestor/a, principalmente no que se menciona ao ensino da Política de Educação Ambiental, fora realizado uma pesquisa, em forma de questionário pelo aplicativo *googleforms*, com perguntas previamente elaboradas e submetidas aos entrevistados gestores e professores da rede básica do Município de Iguatu-CE entre os meses de abril e maio de 2022.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrou que todos os entrevistados conhecem a lei que dispõe sobre a importância dessa educação, sendo que 75% deles conhecem vagamente o disposto na política em questão. Acresce a essa informação o fato de todos os entrevistados afirmarem, unanimemente, que as escolas em que são gestores e professores implementam, mesmo que eventualmente, a Política Nacional da Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99. No entanto quando questionado sobre o número de atividades desenvolvidas pelas escolas para tratarem dessa política no ano de 2022, 75% responderam que durante o ano em questão nenhuma atividade havia sido desenvolvida até o presente momento da realização da entrevista.

Citada anteriormente, a visão Freiriana sobre a educação, possui como experimento básico de aprendizagem o contato direto com as práticas que possam evidenciar a importância entre teoria e prática. Nesse estudo, para que a Pnea possa realizar sua intervenção entre educandos e educadores é necessário que haja uma preparação dos educadores para que o acesso legal e científico possa chegar de maneira mais harmônica para aquele que está recebendo a informação. Todavia, a coleta de dados foi precisa em afirmar que professores e gestores, não tinham preparações, como cursos e treinamentos sobre a Política Nacional da Educação Ambiental, a essa resposta o percentual de 50% afirmaram tal ausência de preparação. Os outros 50% informaram que, eventualmente, há uma preparação.

Quando questionado aos entrevistados como as atividades eram desenvolvidas, isso independente do ano de 2022, 25% responderam que a temática era trabalhada apenas em aulas regulares, e os outros 75% responderam que ocorriam em aulas, palestras e minicursos em datas eventuais. Felizmente, ao ser questionado se os entrevistados seriam favoráveis a implementação de disciplina obrigatória sobre Educação Ambiental na rede de ensino regular, todos (100%) responderam que sim.

Dentre todos os dados obtidos, e ao comparar com uma visão nacional, fica claro que, segundo Mazzarino (2021) as experiências que os professores devem cumular para repassar as informações e debater as diferentes realidades com seus alunos, precisam necessariamente, ser praticadas dentro do ambiente escolar, para que seja uma atividade coletiva e transformadora. Assim, quando se percebe que o professor não possui preparação corriqueiramente não resta mais que o desenvolvimento teórico sobre a questão, isso quando muito é possibilitado ao educador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desponta-se como resultados da pesquisa em comento que a cidade de Iguatu no Ceará ainda carece de políticas públicas mais efetivas no que diz respeito a implementação da educação ambiental na gestão e na prática ensino aprendizagem. As atividades embora inseridas em campanhas ou tarefas alternadas ao longo do ano letivo, ainda demonstram frágeis e carentes. Embora seja de conhecimento da gestão e dos professores é necessário ainda um efetivo cumprimento e adoção das políticas indicadas na Lei de Educação Ambiental 9795/99.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: 05 de junho de 2012.

FILHO, E. N. F.; FARIAS, C. R. O. **Dois décadas da Política Nacional de Educação Ambiental: percepções de professores no contexto de uma escola pública de Pernambuco**. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 101, n. 258, p. 481-502, maio/ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra**, Ed. 59, Rio de Janeiro, 2019.

FREITAS, F. R. D.; FREITAS, V. P. **Análise da degradação ambiental na Lagoa da Bastiana (Município de Iguatu/Ce)**. Revista Jurídica UNICURITIBA, V. 4, N° 41, Curitiba, 2015.

JÚNIOR, L. A. F.; SORRENTINO, Marcos. **Imaginário Político e Colonialidade: desafios à avaliação qualitativa das Políticas Públicas de Educação Ambiental**. Ciência & Educação, v. 17, n. 2, p. 339-352, 2011.

MARQUES, Rodrigo Müller; MAZZARINO, Jane Márcia. **A formação de professores em Educação Ambiental: reflexões a partir da análise integrativa de publicações científicas em língua inglesa**. Ensaio Pesquisa em Educação e Ciências, Vol. 23, Belo Horizonte, 2021.

VALENTI, M. W. et al. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Políticas Públicas e a Prática Educativa**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.28, n.01, p.267-288, 2012.